

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas
Diretoria de Patrimônio



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange ao processo de alienação de bens inservíveis por meio de leilão público, através de leiloeiro contratado mediante processo de credenciamento.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Diretoria de Patrimônio.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
William Belizário Ribeiro	Agente de Atividades Administrativas	1693301	patrimonio@itajai.sc.gov.br
Jaime Márcio Espíndola	Gerente de Controle e Projetos	242904	jaime.espindola@itajai.sc.gov.br
Giovani Candaten	Diretor de Patrimônio	2677601	giovani.candaten@itajai.sc.gov.br

A equipe de planejamento é composta por servidores da Diretoria de Patrimônio, responsáveis pela elaboração do Termo de Referência (TR) e do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Diretoria de Patrimônio identificou a necessidade de alienar veículos e bens móveis inservíveis, obsoletos ou danificados, que estão ocupando espaço nos depósitos municipais. A situação atual é crítica, pois os depósitos estão sobrecarregados, comprometendo a gestão eficiente do patrimônio municipal. Além disso, a manutenção desses bens gera custos desnecessários para o município.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas
Diretoria de Patrimônio



A contratação não está explicitamente prevista no Plano Anual de Contratações (PCA), mas justifica-se pela urgência na liberação de espaço físico e na necessidade de evitar custos adicionais com armazenamento e manutenção dos bens inservíveis. A demanda foi identificada após vistoria técnica e inventário físico, que constataram a precariedade e a depreciação dos bens.

4. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A constatação de bens a serem leiloados foi determinada com base no inventário físico e na vistoria técnica. A estimativa considera o histórico de alienação de bens em leilões anteriores e a capacidade de armazenamento dos depósitos municipais. Os quantitativos e a organização dos lotes serão realizados pelo leiloeiro a ser contratado.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O levantamento mercadológico indicou que a modalidade de leilão público eletrônico é a mais adequada para a alienação dos bens.

O leilão é uma modalidade eficiente, transparente e ágil para certos tipos de contratações, principalmente na venda de bens móveis pela administração pública. Sua principal vantagem é a rapidez no processo e a competitividade, que pode resultar em bons preços para a administração pública.

No entanto, suas desvantagens incluem limitações de aplicação, riscos de preços abaixo do esperado, e a necessidade de avaliação cuidadosa dos bens. Além disso, pode haver desafios relacionados à participação restrita e a possibilidade de fraudes, exigindo monitoramento rigoroso para garantir a integridade do processo.

O credenciamento de leiloeiro oferece várias vantagens, como transparência, agilidade, e redução de custos para a administração pública, ao mesmo tempo que assegura que o processo de leilão seja conduzido por profissionais qualificados. No entanto, também apresenta desvantagens, como limitação de flexibilidade e desempenho insatisfatório.

6. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A estimativa preliminar do valor da contratação não foi definida. Não haverá custos ao Município, cuja remuneração do leiloeiro será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento), nos termos do art. 24, do Decreto nº 21.981/1932, calculada sobre o valor de venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, paga diretamente pelo arrematante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas
Diretoria de Patrimônio



IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A escolha pelo credenciamento foi fundamentada na necessidade de selecionar leiloeiros qualificados, garantindo a adequação técnica e a qualidade do serviço. O processo também promove maior competitividade e transparência, permitindo a participação de diversos profissionais especializados, em conformidade com os princípios de economicidade, legalidade e eficiência. Dessa forma, a decisão de optar pelo credenciamento foi tomada com base em uma avaliação criteriosa, atendendo aos requisitos da Lei nº 14.133/2021, assegurando a eficácia, transparência e qualidade dos serviços contratados para a Administração.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação não será parcelada, pois o objeto (alienação de bens inservíveis) é indivisível. A realização de um único leilão através de leiloeiro a ser contratado garante a economicidade e a eficiência do processo.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para o credenciamento de leiloeiro. O processo de credenciamento para a contratação do leiloeiro é independente e não depende de outras contratações simultâneas ou complementares. Dessa forma, o procedimento pode ser realizado de forma isolada, garantindo a autonomia e a clareza no cumprimento dos requisitos legais, sem a necessidade de vinculação a outros serviços. O leiloeiro será selecionado de acordo com os critérios estabelecidos no edital, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência e transparência.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os resultados pretendidos são:

- Liberação de espaço físico nos depósitos municipais.
- Geração de recursos financeiros para o município.
- Cumprimento da legislação vigente.
- Redução de custos com armazenamento e manutenção de bens inservíveis.

11. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- Realização de vistorias técnicas para avaliação dos bens.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas
Diretoria de Patrimônio



- Credenciamento dos interessados na realização do leilão será por prazo indeterminado.

12. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os impactos ambientais são mínimos, pois os bens já estão inservíveis. No entanto, será realizada a destinação adequada dos resíduos, conforme o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a legislação ambiental pertinente.

13. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
William Belizário Ribeiro Matrícula: 1693301	Jaime Márcio Espíndola Matrícula: 242904

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC.

Jefferson Davi de Espíndola
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas